

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS:
SENSIBILIZANDO O PROFESSOR DE
PEQUENOS MUNICÍPIOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Nilva de Araujo Pedron

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS:
SENSIBILIZANDO O PROFESSOR DE
PEQUENOS MUNICÍPIOS**

por

Nilva de Araujo Pedron

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Barcellos da Rosa

Santa Maria, Rs, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS:
SENSIBILIZANDO O PROFESSOR DE
PEQUENOS MUNICÍPIOS**

Elaborada por
Nilva de Araujo Pedron

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marcelo Barcellos da Rosa. Dr. (UFSM)
Presidente/Orientador

Jorge Orlando Cuellar Noguera. Dr. (UFSM)

Djalma Dias da Silveira. Dr. (UFSM).

Santa Maria, 16 de dezembro de 2010.

© 2010

Todos os direitos autorais reservados a Nilva de Araujo Pedron. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Fone: (55)99842332 ou End. Eletrônico: nilvapedron@hotmail.com

Dedico este trabalho ao Professor: Marcelo Barcellos da Rosa, professor da UFSM – RS, que na hora mais difícil de desenvolver este trabalho, me orientou para a realização do mesmo.

Dedico a Tutora UAB do Pólo de Cacequi RS: Maria José Rangel que sempre esteve presente nas dificuldades diárias dos meus estudos.

Também dedico a todos que me ajudaram e aos que me criticaram o meu: Muito Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu a plenitude da vida, possibilitando-me andar, enxergar, pensar, refletir e sentir a realização de mais um sonho... Depois de tornar-me mãe e avó.

Agradeço ao meu marido que de muitas formas me amparou para que eu prosseguisse até o final desta nova etapa dos meus estudos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS: SENSIBILIZANDO O PROFESSOR DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

AUTOR: Nilva de Araujo Pedron
ORIENTADOR: Marcelo Barcellos da Rosa
LOCAL E DATA DA DEFESA: SANTA MARIA, 16 de dezembro de 2010.

A Educação Ambiental deve ser encarada como de extrema relevância na formação dos alunos e é única com um cantinho exclusivo na Constituição em vigor, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos, além do ecológico, preparando e desenvolvendo o educando para a melhor qualidade de vida e seu pleno exercício de cidadania. Esta monografia tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico acerca do conceito, finalidade e funções da educação ambiental à luz de uma prática que consiga fomentar a formação da cidadania dos educandos, bem como apresentar os resultados de uma entrevista, de caráter qualitativo, realizada com professores da cidade de Cacequi, RS, de modo se identificar suas experiências em educação ambiental, bem como trazer à tona as inquietações que impossibilitam uma prática totalmente eficiente da mesma. Observa-se no findar desta pesquisa que questões como falta de formação, discussão, leitura, de regulamentações político-pedagógicas são alguns dos inúmeros fatores que impossibilitam que a educação ambiental ainda sirva como um alicerce e prática de cidadania.

Palavras-chave: Ambiente, cidadania, escola.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Specialization Course in Environmental Education
Universidade Federal de Santa Maria

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN SCHOOLS: SENSITIZING PROFESSOR OF SMALL CITIES

AUTHOR: Nilva Araujo Pedron
COACH: Marcelo Barcellos da Rosa
PLACE AND DATE OF DEFENSE: SANTA MARIA, December 16, 2010.

Environmental education should be regarded as extremely relevance in the training of students and will only with a unique corner in the Constitution in force, whereas the social, economic, political, cultural and ethical, as well as ecological, preparing and developing educating for a better quality of life and full exercise of citizenship. This monograph aims do a survey about the concept, purpose and functions of environmental education in the light of a practice that can promote the formation of citizenship learners, as well as present the results of a interview, qualitative, performed with City teachers Cacequi, RS, so if identify their experiences in environmental education and how to bring out the concerns that preclude a fully practice it efficiently. Observed in ending of this research that issues such as lack of training, discussion, reading, rules of political-teaching are the many factors that impossible that environmental education also serves as a foundation and practice of citizenship.

Key words: Environment, citizenship, school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema	11
1.2 Objetivos	11
1.3 Justificativa	11
2 REFERENCIAL TEÓRICA	13
2.1 Conceito de Educação Ambiental	13
2.2 Finalidades da Educação Ambiental	15
2.3 Professores como Educadores Ambientais	23
2.4 Preocupações Educacionais	26
2.5 Educação, cidadania e Questões Socioambientais	31
2.6 Educação Ambiental e responsabilidade Humana	32
3 METODOLOGIA	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5 CONCLUSÕES	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é a única disciplina com espaço exclusivo na Constituição em vigor, a de 1988 – o artigo 225, que estabelece como incumbência do Poder Público “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”, tornando-se autônoma e obrigatória, mas fora do currículo escolar. Assim, costuma ser ministrada como atividade extracurricular ou integrada as Ciências, causando insegurança, divergências e confundidas muitas vezes com o ensino de Ecologia.

A questão ambiental não pode ser ensinada apenas pelo enfoque biológico sob pena de virar realmente meio ambiente, a abordagem é mais integrada, pois além do aspecto ecológico, consideram aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos.

A produção de conhecimentos na busca da cidadania percebe-se os problemas ambientais, identificando soluções com participação comunitária, passa a tomar parte em ações que conduzam à melhoria do meio ambiente.

A população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos perdendo desta maneira, a relação natural que tinham com a terra e suas culturas. Os jovens e os valores relacionados com a natureza não têm mais pontos de referência na atual sociedade moderna.

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

Atualmente, são comuns à contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

Dentro deste contexto, é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

O presente trabalho aborda esta questão, sugerindo que a Educação Ambiental deva ser um processo educacional desde seu início, e que, portanto deva ser norteado pelos mesmos princípios que a Educação Ambiental propõe, buscando mudanças em seu currículo e metodologia que possam não só diminuir tal influência, mas talvez invertê-la por uma que traga conseqüências benéficas ao mesmo.

1.1 Problema

Como utilizar o espaço escolar para prática da Educação Ambiental e exercício da cidadania ?

1.2 Objetivos

Geral

Realizar uma reflexão sobre a Educação Ambiental como uma ferramenta para exercício da cidadania.

Específicos

- Conceituar a Educação para o exercício da cidadania
- Diagnosticar junto a professores da cidade de Cacequi, RS, como se pode trabalhar o desenvolvimento da cidadania através da prática da educação ambiental em escolas.

1.3 Justificativa

Ajudar a cuidar do local onde vive é um compromisso do ser humano. Os profissionais da educação têm que aproveitar a proximidade com os seres em

formação e serem capazes de agir, direcionando as crianças (alunos) nesta importante tarefa que o dia-a-dia vem mostrando através dos problemas ambientais.

Dentro da escola deveremos encontrar meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

2 REFERENCIAL TEÓRICA

2.1 Conceito de educação ambiental

Educação Ambiental é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental. Contudo, desde que se cunhou o termo “Educação Ambientais”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Houve momentos que se discutiam as características da educação ambiental formal, não formal e informal; outros discutiram as modalidades da Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológico; outros ainda, a Educação “para”, “sobre o” e “no” ambiente.

Como lembra Dias (1992), a evolução do conceito de educação ambiental acompanhou a evolução do conceito e da percepção de ambiente. Evoluiu de um enfoque mais ecológico no sentido das ciências biológicas, para uma dimensão que incorpora as contribuições das ciências sociais fundamentais para a melhoria do ambiente humano.

E atualmente parece não ser mais possível afirmar simplesmente que se faz “Educação Ambiental”. Dizer que se trabalha com educação ambiental, apesar do vocábulo conter em si os atributos mínimos cujos sentidos diferenciadores da Educação (que não é ambiental) são indiscutivelmente conhecidos, parece não fazer mais plenamente sentido.

Um processo da natureza deste que esta a ser tratado aqui só se dará por completo quando seu conteúdo e princípios forem levados ao currículo, isto é, forem institucionalizados, pois este assunto merece profunda reflexão e discussão, no sentido de buscarmos definir qual o papel que é esperado da Educação Ambiental em diferentes níveis e modalidades de ensino.

No entanto, pode-se dizer que seja qual for à maneira que a Educação Ambiental será introduzida no currículo, na forma de uma disciplina individual, de

forma interdisciplinar, ou ainda de alguma outra forma que possa parecer mais adequada, que as sugestões devam surgir de encontros democráticos dentro da escola, onde os professores e, portanto os responsáveis pela prática quanto pela manutenção da inovação, tenham forte participação e poder de decisão.

Na Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para resolução de problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, como podemos ver no conceito ratificado na conferência:

“Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permitam trabalhar individualmente para resolver problemas atuais e impedir que se repitam” (UNESCO, 1971).

Com isso busca-se reduzir a distância que há entre aquilo que se pretende na teoria, e aquilo que de fato será feito na prática. Ressalta-se aqui que a institucionalização da Educação Ambiental, neste caso, poderá contar com uns fortes aliados, que é o fato da escola já estar envolvida em atividades práticas, de forma que os alunos poderão estar vivenciando atividades que complementam e são complementadas por aquilo que é feito dentro da sala de aula. Assim, os alunos estariam não só trabalhando as questões ambientais de forma teórica, mas estariam também, de formas práticas e reais, desenvolvendo o comprometimento e as habilidades de como problemas podem estar sendo solucionados dentro da esfera de vida de cada um, através da participação na solução dos impactos causados na escola.

À teoria e metodologia da educação ambiental formal (sem, claro, desconsiderar a informal) deve se relacionar o conhecimento com a realidade espacial dos educandos com a participação de um pensamento crítico e político.

O desafio que se coloca é o de formular uma Educação Ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis – formal e não formal. Assim, a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social... (JACOBI, 1998).

2.2 Finalidades da educação ambiental

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999. A Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A educação ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

Vivemos nos dias atuais uma época de acontecimentos estranhos e fatos inusitados que se manifestam em relação ao clima e ao aparecimento de grandes problemas nas áreas produtivas de alimento do planeta. Tais problemas se devem a maléfica influência do modo de vida que a humanidade escolheu para seguir, que promove uma grande pilhagem dos recursos naturais que nosso mundo tem a oferecer e, por isso mesmo, esse mesmo planeta que nos acolheu, tende a tentar "se livrar" de nossa presença como se fossemos um corpo estranho. Deixamos o planeta fraco e doente e, através de práticas danosas, provocamos a ira da mão natureza e encontramos a encruzilhada de nossas existências. Ou mudamos a forma como exploramos os recursos naturais, e passamos a viver a sustentabilidade ou pereceremos de forma brutal e emersa em nossos próprios resíduos.

Essa mudança de rumos; deverá ser traçada através da implementação de programas capazes de promover a importância da Educação Ambiental e a importância da adoção de práticas que visem a sustentabilidade e a diminuição de qualquer impacto que nossas atividades venham a ter no ecossistema que nos circunda e mantém. Através de um debate amplo e profundo de nossas necessidades e um correto entendimento de que a forma como atuamos hoje, só nos levará para a destruição e o aniquilamento.

Compreender que aplicando uma política que promova a importância da educação ambiental voltada principalmente para a sustentabilidade já nas escolas primárias, criaremos nas novas gerações a devida mentalidade conservacionista e será muito mais fácil programar políticas que visem à utilização sustentável dos

recursos planetários no futuro. No entanto, é necessário que além da educação ambiental ou sustentabilidade ambiental, às práticas contrárias sejam combatidas e punidas rigorosamente já nos dias de hoje. Unir o empresariado e convencer as grandes corporações e os produtores rurais de que essas práticas não representarão diminuição de lucro para os seus empreendimentos e sim, em muitos casos, a criação de um importante diferencial que poderá alavancar seus negócios e abrir novas oportunidades de obter uma lucratividade ainda maior do que a atual.

Essa prática de convencimento, também se enquadra numa política de educação ambiental voltada para a sustentabilidade. Contudo, o público alvo será muito mais impermeável e reticente quanto à adoção dessas práticas. Tratando-se de gestores e de grandes empresários, apenas a visão de que poderão lucrar ou reduzir custos atuais será capaz de permitir um convencimento eficiente nesse grupo de indivíduos. Da mesma forma, a aplicação de dispositivos punitivos e uma legislação que trate de forma dura e eficiente os abusos; servirá como amparo para inibir os mais insistentes e menos afetos aos novos objetivos.

Muito mais que a simples causa do meio ambiente, a educação ambiental voltada para a sustentabilidade analisa um amplo espectro de fatores que leva em consideração também os indivíduos afetados pelas atividades e ameaças a comunidades sujeitas às conseqüências danosas das práticas predatórias. Assim deve-se também ter em mente que a educação ambiental voltada para a sustentabilidade tem que prever a redução da vulnerabilidade dessas pessoas.

A escola dentro da Educação Ambiental deve sensibilizar o aluno a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando-o a analisar criticamente os princípios que tem levado à destruição inseqüente dos recursos naturais e de várias espécies. Tendo a clareza que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital. Que as demais espécies que existem no planeta merecem nosso respeito. Além disso, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência. E, principalmente, que é necessário planejar o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais.

Esse processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente escolar, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários estreitando as relações intra e extra-escolar.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares. Assim sendo a escola é o espaço social e o local onde o aluno será sensibilizado para as ações ambientais e fora do âmbito escolar ele será capaz de dar seqüência ao seu processo de socialização. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Considerando a Educação Ambiental um processo contínuo e repetitivo, devem-se desenvolver projetos e cursos de capacitação de professores para que estes sejam capazes de conjugar princípios básicos da Educação Ambiental.

Nesse contexto a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação de professores e educandos.

Se existem inúmeros problemas que dizem respeito ao ambiente, isto se devem em parte ao fato das pessoas não serem sensibilizadas para a compreensão do frágil equilíbrio da biosfera e dos problemas da gestão dos recursos naturais. Elas não estão e não foram preparadas para delimitar e resolver de um modo eficaz os problemas concretos do seu ambiente imediato, isto porque, a educação para o ambiente como abordagem didática ou pedagógica, apenas aparece nos anos 80. Somente a partir desta data os alunos têm a possibilidade de tomarem consciência das situações que acarretam problemas no seu ambiente próximo ou para a biosfera em geral, refletindo sobre as suas causas e determinarem os meios ou as ações apropriadas na tentativa de resolvê-los.

O ensino de educação ambiental deve ser pautado no entendimento de questões que não necessariamente são ligados apenas às questões ambientais, mas muitas vezes a questões políticas que refletem no meio natural e na qualidade

de vida das pessoas. A informação, o conhecimento e enfrentamento sobre questões ambientais que refletem diretamente na qualidade de vida é uma forma de envolver o cidadão na melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo e na mudança de paradigmas das problemáticas ambientais.

A problemática ambiental tem um componente especial. É que: não basta que as pessoas saibam o que fazer, mas o necessário que façam. Não é, portanto, um problema de saber, é um problema de ação. E, para fazer essa ação, claro que precisam saber.

A Educação Ambiental, como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem estar das comunidades humanas.

O uso da escola como meio educativo só se aplica às camadas mais jovens que podem aprender estes novos gestos através dos programas de ensino. Mas estes não são, ainda, cidadãos ativos, com poder de decisão e ação. Educar os jovens na problemática ambiental é fundamental, mas é, também, trabalhar a médio e longo prazo. Os jovens podem servir de meios de pressão sobre os mais velhos, mas também são rapidamente neutralizados pelas rotinas instaladas.

As finalidades desta educação para o ambiente foram determinadas pela UNESCO, logo após a Conferência de Belgrado (1975) e são as seguintes:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.

Programar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes.

Para educar para o ambiente é necessário montar estruturas de comunicação entre os cidadãos e os projetos ambientais, para que desta interconexão surja uma integração e a adesão coletiva a esses mesmos projetos.

Segundo ANDRADE (2000),

fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que irá alterar a rotina na escola, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental.

Dado que a Educação Ambiental não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores que remetem a ela, as dificuldades enfrentadas assumem características ainda mais contundentes. A Conferência de Tbilisi (1977) já demonstrava as preocupações existentes a esse respeito, mencionando, em um dos pontos da recomendação nº. 21, que deveriam ser efetuadas pesquisas sobre os obstáculos, inerentes ao comportamento ambiental, que se opõem às modificações dos conceitos, valores e atitudes das pessoas.

A verdade é que as organizações atuais apresentam às populações projetos que não são passíveis de alteração, adaptação ou transformação. São formas rígidas, já previamente decididas.

Decidir não é o mesmo que fazer. Entre a decisão e a ação há sempre um grupo, ou grupos, de cuja adesão à decisão depende a qualidade da ação.

Não há, assim, decisões exclusivamente técnicas, mas sim decisões sociotécnicas, ou seja, qualquer decisão técnica tem que incorporar o elemento “sócio”, o grupo ou grupos a quem ela afeta, de cuja adesão depende a qualidade da implementação prática dessa decisão.

Segundo Oliveira (2000) tem-se três dificuldades a serem vencidas na processo da efetiva implementação da Educação Ambiental no âmbito escolar:

1. A busca de alternativas metodológicas que façam convergir o enfoque disciplinar para indisciplinar;
2. A barreira rígida da estrutura curricular em termos de grade horária conteúdos mínimos, avaliação, etc.;
3. A sensibilização do corpo docente para a mudança de uma prática estabelecida, frente às dificuldades de novos desafios e reformulações que exigem trabalho e criatividade.

Ajudar a cuidar do local onde vivemos é um compromisso seriíssimo. Nós, profissionais da educação, temos que aproveitar a nossa proximidade com os seres em formação e sermos capazes de agir, direcionando as nossas crianças (alunos) nesta importante tarefa que o dia-a-dia vem nos mostrando através dos problemas ambientais.

Paulo Freire, em seu livro *Educação e Mudança* nos propõem a refletir sobre as mudanças necessárias que os seres humanos devem comprometer-se quando trabalha em educação.

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente esta é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (1981, p.17)

No entanto, o momento em que toda a sociedade voltar-se sobre si mesma começa a difícil busca pelos sinais de preocupação e de solução.

Cada um tem uma caminhada e encontra-se em determinado estágio quanto à educação ambiental. Neste sentido todos os posicionamentos são importantes e devem ser respeitados.

Distribuir informação é, obviamente importante, validando o cidadão, como receptor dessa informação. Mas não chega. O problema não estará só na validação do corpo social como receptor, ele estará, também, na validação deste como emissor importante, e imprescindível, para a organização e para o seu projeto. Ou seja, não basta que a organização dê a informação, tem que criar condições para o seu debate e discussão, fomentar a emissão das opiniões e tomá-las em consideração.

Na proposta da Política de Educação Ambiental está em construção uma teia de formação continuada, refletindo as questões sócias ambientais a partir da realidade local, dialogando com diferentes saberes, construindo e reconstruindo conhecimentos e alternativas às problemáticas sócias ambientais, resignificando as práticas pedagógicas.

Desenhar uma solução para qualquer problema, sobretudo ambiental, exige uma visão inteligente do presente, informada, não só, por um conhecimento correto do passado desse problema, como, também, por uma percepção do futuro tão clara quanto possível.

A Educação Ambiental ao problematizar o modelo de desenvolvimento considera não apenas a degradação ambiental, mas também as vítimas de seus efeitos onde as causas da degradação ambiental são as mesmas da degradação social.

É preciso antes de tudo que o termo Meio Ambiente seja traduzido para a linguagem das disciplinas para que os professores não sejam chamados de “ambientalistas”, mostrando a vinculação e os pontos comuns entre o campo de discussão da questão ambiental e os campos de discussão próprios das disciplinas.

A educação está em constante diálogo com a sociedade. A escola, portanto, tem a obrigação de formar cidadãos conscientes. Isto é, que saibam reconhecer os problemas da comunidade ou do mundo; e que tenham espírito comunitário para agir contra esses problemas. Uma prática pedagógica mais voltada para a educação ambiental é, então, uma das bases para reduzir os grandes problemas sociais, ambientais e econômicos que o mundo sofre hoje em dia.

Para que haja uma verdadeira educação ambiental é necessária a entrada dos conceitos da sustentabilidade na formação escolar. Isto se aplica tanto à educação infantil até as últimas séries de um curso universitário. Muitos estudiosos da área afirmam que a fase da vida mais importante para o desenvolvimento da cidadania é a infância.

Numa prática educativa voltada para a consciência ambiental, as crianças aprenderiam sobre várias questões, como por exemplo: como usar os recursos naturais de forma responsável, qual é a importância da natureza na vida do homem, como devem ser separados os resíduos de casa, etc.

Na educação ambiental a teoria apenas não basta, é fundamental que os alunos vejam na prática como usar o que aprenderam na sala de aula. Os exemplos a seguir mostram como existem inúmeras possibilidades de ensinar na prática: Dinâmicas que levem essas crianças a refletirem sobre as questões ambientais, incentivo em projetos pedagógicos e em atividades extracurriculares mais voltadas a conscientização dos problemas que a natureza sofre e como resolvê-los, chamar toda a sociedade para o ambiente escolar com a intenção de mobilizar um espírito comunitário e solidário na própria sociedade, etc.

O governo também tem um papel essencial na aplicação dessas práticas educativas na escola. Ele pode fazer leis (ver ANEXO 2), mudar as grades

curriculares das escolas da rede pública, iniciar projetos de sustentabilidade aplicados a educação, etc.

A educação ambiental, então, é capaz de formar cidadãos críticos e conscientes sobre os problemas do meio ambiente. E somente essa educação pode criar perspectivas para uma mudança real dessas dificuldades mundiais. Mas para que haja essa formação é indispensável à união do governo, da sociedade e da escola.

Autores como Pelicioni e Philippi Jr. (2005), salientam que “não existe Educação Ambiental se ela não se efetivar na prática, na vida, a partir das necessidades sentidas”.

Para resolver os problemas ambientais, é necessário mais do que separar o lixo para reciclagem ou fechar a torneira enquanto se escova os dentes. Refletir sobre o nosso comportamento e as relações que temos com a natureza e com as pessoas também é parte fundamental desse processo.

Os processos educativos ficaram racionais e a escola descuidou dos sentimentos, das sensações e das relações em sala de aula, esquecendo o ar, a água, o corpo, o bairro, a cidade, o planeta. Ora, se a educação ambiental pretende resolver os problemas ambientais pela formação das pessoas, é preciso usar ferramentas transformadoras.

Despertar o entusiasmo é uma das primeiras ferramentas transformadoras formada por jogos que servem para criar interação e harmonia no grupo. Uma das dinâmicas é realizada em uma área com diferentes espécies de árvore. O professor escolhe uma que tenha uma aparência atraente - um pinheiro, por exemplo - e imita a forma dela com seu corpo. Observando o professor, as crianças tentam reconhecer qual é a árvore escolhida.

A segunda é concentrar a atenção visando promover a concentração da turma e acalmar a mente. Os exercícios despertam os interesses em ouvir os sons da natureza e perceber diferentes temperaturas e cheiros.

E a terceira desenvolve a percepção das diferenças entre os elementos da natureza numa experiência direta na brincadeira: os alunos, de olhos vendados, sentem uma árvore pela textura, pela forma e pelo cheiro. Depois, de olhos abertos, eles têm que reconhecer na mata, qual é aquela árvore. Essa interação aguça a intuição e a percepção.

Por último os estudantes compartilham e dividem suas impressões sobre o que fizeram durante essas aulas contando histórias, fazendo desenhos, poesias coletivas e individuais.

Ao explorar a natureza com as crianças, ele aplica cinco regras da educação ao ar livre. A primeira é ensinar menos e compartilhar mais. Isso torna qualquer visita mais agradável, porque a criança se cansa de ficar apenas ouvindo.

A segunda: é ser receptivo, perceber o que os alunos estão pedindo e humanizar as relações. A terceira é se concentrar, porque não dá para fazer nada se a turma não estiver atenta. A quarta regra é experimentar primeiro e falar depois. Nem tudo precisa ser explicado. É importante dar ao professor e às crianças tempo para encantar-se com detalhes que ainda ninguém viu e compartilhar o que todos estão sentindo. Por fim, criar um ambiente leve, alegre e receptivo, onde todos se sintam bem.

Conforme Quintas (2000 p.15):

O fazer educativo ambiental que se realiza de modo coerente com a tradição teórica crítica e emancipatória, implica a compreensão de que, em seu processo de concretização, alguns princípios se tornam indispensáveis como: o entendimento de que a educação é instrumento mediador de interesses e conflitos.

2.3 Professores como educadores ambientais

Normalmente, o professor de Ciências tem muita informação sobre a natureza e acaba fazendo um trabalho mais explicativo. Mas o fundamental para qualquer professor é educar principalmente pelo que ele é, por suas atitudes, e não apenas pelo conhecimento que tem da matéria. As crianças aprendem muito pela imitação. O bom professor diz aquilo em que de fato acredita. Ele refletiu sobre o conteúdo que leciona e fala do assunto com convicção, fazendo uma confissão por meio da Física, da Matemática, da Língua Portuguesa.

Todo professor deve ser um educador, mas nem sempre está preparado para ser um educador ambiental. Se ele quer se engajar na questão ambiental, deve começar pensando na sua vida, no seu comportamento e na sua relação com o próprio corpo e com a natureza. O contato mais direto que temos com ela é pela

alimentação. Então, ele deve analisar a relação entre o que come, o ambiente e o modo como monta seu cardápio, por exemplo. Uma maneira de fazer isso é pensar sobre o ciclo que aquele alimento percorreu, desde sua origem até chegar à mesa. É importante também refletir sobre o que consome e como se relaciona com o mundo à sua volta. O professor pode ainda perceber como se sente na frente de uma vitrine. Tem vontade de comprar? Fica frustrado se não pode? Analisa por que necessita daquilo? Esse exercício dá uma grande bagagem, equivalente à que ele acumularia em vários cursos. É só aprender a usá-la.

A educação insere-se na própria teia da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo, e, parafraseando Reigota, podemos dizer que:

... a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas. (1998, p.43).

A Sociopedagogia é, como se viu uma metodologia de intervenção social que constrói a adesão dos grupos sociais a novos projetos e a aprendizagem de novos conceitos, posicionamentos e comportamentos essenciais a esses projetos.

A Sociopedagogia socorre-se dos instrumentos da interação grupal, utilizando-os segundo os objetivos e critérios definidos. Assim, basicamente, utilizam-se três tipos de abordagens:

- um sistema de informação através do qual se veiculam as idéias chave, construídas de modo a serem percebidas e compreendidas pelo grupo em causa, e criando a base da mudança dos conceitos sociais;

- um sistema de comunicação através do qual se debatem as idéias chave veiculada e os pontos de vista prévios existentes, permitindo, assim, reformular posicionamentos, e promovendo a sua mudança;

- um sistema afetivo através do qual se criam eventos significativos, detonando energia participativa, e mobilizando para a mudança de comportamentos desejada.

Fazem parte do sistema de informação diversos meios, tais como, folhetos, brochuras, vídeos, CDs, sites Net, pôsteres, cartazes Outdoor, artigos de imprensa, anúncios de imprensa, rádio, exposições, etc.

Todos estes meios veiculam a informação, de forma mais ou menos apelativa, mas não prevêem a interatividade com o cidadão. Este fica, sempre, na posição de receptor/leitor.

Faz parte do sistema de comunicação meios, como: as reuniões de grupos de discussão sobre o projeto, as reuniões de mobilização, as reuniões de sensibilização, os Congressos, os Seminários de reflexão, as visitas de observação/estudo, programas de rádio e de TV interativos, grupos de discussão na Net, etc. Estes meios já propõem a interatividade do cidadão, colocando-o lado a lado com outros e face à informação.

Fazem parte do sistema afetivo, a festa, a manifestação, a animação de rua, a animação dos pátios (nas escolas), a participação em espetáculos e concursos, a distribuição de brindes, etc. Estes são os meios que promovem a interatividade ao mais alto grau.

Através do sistema de informação, fornecem-se os dados sobre o projeto, de molde a produzir conhecimento. Estamos no nível cognitivo, e esta fase não produz, ainda, adesão ou mudança comportamental. Apenas a prepara.

Com o sistema de comunicação, promove-se o debate da informação anteriormente veiculada e recebida.

Encontramo-nos, agora, face-a-face, e é aqui que a opinião se forma, no jogo da interação grupal. Este é o primeiro nível de adesão conquistada que, no entanto, não assegura a mudança de comportamento desejada.

Com o sistema afetivo, promove-se o ombro-a-ombro grupal e o envolvimento no projeto. Encontramo-nos, agora, no nível emocional, e é aqui que se sedimenta o segundo nível de adesão que permite a mudança comportamental.

Quanto aos alvos da sociopedagogia, é fácil concluir que as donas-de-casa, as crianças e os jovens, e os comerciantes são os grupos mais importantes para esta mudança, embora seja fundamental atingir todos os outros grupos sociais, de forma mais massificante.

A abordagem de conteúdos deverá voltar-se mais a um foco multicausal dos problemas socioambientais e à busca de soluções alternativas do que os diagnósticos e análise de efeitos presentes; para tanto, impõe-se partir de situações locais e regionais para as questões globais, tanto em nível nacional quanto internacional” (González Gaudiano, 1997, P. 78);

Em contato com a natureza percebemos que temos uma existência em comum. Quanto mais unificamos as relações entre nós e o ambiente, mais harmônica é nossa vida. Na proposta pedagógica, o professor não ensina o que é natureza e não a descreve, mas relaciona-se com ela e compartilha com os alunos o que para ele faz sentido nessa experiência. O encantamento dos estudantes pelo tema vem dessa troca com o professor, que motiva a turma a querer aprender e aprender cada vez mais e melhor.

O problema ambiental é resultado de uma crise de percepção. Se quisermos resolver essa crise, temos de melhorar nosso entendimento sobre o mundo. Assim, criamos um território fértil para encontrar soluções, e a escola pode ajudar nisso. Durante as aulas, nos momentos de diálogo - o que é muito diferente do debate - os estudantes conversam, analisam o que pensam sobre aquele assunto e procuram entender o que está acontecendo em nosso planeta. Esse é um exercício de observação de nossa forma de pensar e das dificuldades de aceitar opiniões diferentes.

2.4 Preocupações educacionais

A maior preocupação do professor deve ser a de desenvolver valores, atitudes e posturas éticas, pois os conceitos necessários para tratar de assuntos ambientais aprendidos em outras disciplinas, mostrando aos seus alunos as diferenças entre ambientes equilibrados, saudáveis, e locais poluídos ou degradados. É importante que eles percebam que constatar algum mal não é motivo de desânimo, mas de mobilização da escola e da comunidade para sua solução.

As questões do meio ambiente constituem um tema transversal que, embora esteja presente de modo mais evidente nas disciplinas Ciências, História e Geografia, também precisa do apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Arte para ser compreendido.

O professor deve mostrar que, para adquirir consciência sobre as questões ambientais, os alunos terão de se envolver em um aprendizado constante, pois as transformações naturais também se dão de maneira continuada.

Os alunos devem entender que as transformações da natureza são constantes e permitem a recomposição dos elementos necessários à vida. A ação do homem pode acelerar ou interromper esse fluxo, impedindo a renovação dos recursos. Eles devem conhecer:

a) A importância da água para a vida e para a história dos povos. O aluno deve aprender o quanto à água é essencial para manter a vida e que é determinante para a organização das sociedades.

b) O valor que a matéria orgânica tem para o saneamento. Desde o aparecimento dos primeiros seres, existem os elos entre a vida e a morte, ou seja, disputas naturais entre as diversas formas de vida. Com base nesse tema, é possível fazer considerações sobre o lixo como matéria orgânica a ser aproveitada ou reciclada.

c) O risco da transmissão de substâncias tóxicas nas cadeias alimentares. Eles podem estar na água no solo e no ar. Os alunos devem discutir medidas para impedir que essas substâncias entrem na alimentação dos seres vivos.

Os problemas ambientais devem ser trabalhados nas disciplinas que se seguem dentro do programa pré estabelecido pelo currículo escolar:

– História - Se o Meio Ambiente é produto das relações homem-natureza, e transforma-se no quadro de vida do ser humana, uma disciplina como a História ao desenvolver seu próprio objeto de estudo não poderá deixar de abordar as variações no tempo histórico dessa relação e tudo que as explica. É algo sem o qual o entendimento dos processos históricos seria totalmente insatisfatório.

– Geografia - Seu objeto é o espaço geográfico, a transversalidade da questão ambiental é de uma evidência notável, quase havendo uma assimilação de um recorte no outro. Não há como se praticar a Geografia sem considerar-se boa parte dos temas levantados na questão ambiental, afinal, o que se chama “degradação do Meio Ambiente” e “impacto ambiental” refere-se ao núcleo dos estudos geográficos, pois nesse caso está se falando da construção do espaço pelo ser humano.

– Ciências Naturais - A Química, a Física e a Biologia discutem e elucidam os fenômenos do mundo natural sem os quais não podemos apreender quais os contornos da questão ambiental, logo são disciplinas que se encontram no núcleo de conteúdo do Tema Meio Ambiente. A importância das ciências naturais é tanta em nossos dias, que, mesmo suas disciplinas internas, como por exemplo, a Ecologia ultrapassam seus limites originais e estão ocupando novos terrenos e novos sentidos

associados à questão ambiental, e estão sendo utilizados até para interpretar fenômenos humanos.

– Matemática - Constrói modelos e cria uma linguagem que em muito elucida a realidade nos seus diversos aspectos. Do mesmo modo boa parte das formas do Meio Ambiente e de sua dinâmica. Por seu intermédio é possível revelar-se e encontrar padrões e dinâmicas universais essenciais para orientar nossas intervenções no Meio Ambiente e, claro, para entendê-lo. Isso pode ser exemplificado como notáveis trabalhos matemáticos sobre a dinâmica das florestas, sobre a multiplicação e desaparecimento de espécies, da biodiversidade, sobre as formas da natureza (do relevo, das declividades e dos planos, dos seres vivos, etc.), sobre a dinâmica das águas, etc.

– Língua Portuguesa - Além de meio de comunicação, a língua é a meia para construção de conhecimentos e de defesa de posições, ademais boa parte dos esforços de sensibilização e denúncia quanto à gravidade da questão ambiental está registrada na literatura, em prosa, em verso, nas canções populares, na legislação escrita,

– Artes - Nas suas diversas manifestações, sempre encontrou nos vários aspectos que compõem o tema Meio Ambiente, uma fonte de inspiração notável, e por meio de sua abordagem estética e não-utilitária, contribui para enriquecer, não só as abordagens, mas o modo como sentimos e entendemos a questão ambiental.

– Educação Física - Sua inseparabilidade com o tema Meio Ambiente é outra constatação óbvia. Passa pela questão do prazer corporal lúdico e estético, por variadas questões vinculadas à saúde, que não podem ser discutidas sem levar em conta a relação com o Meio Ambiente. A maior ou menor prática de atividades orientadas pela Educação Física está sempre ligada à existência ou não de espaços livres e áreas ambientalmente agradáveis em áreas urbanas, por exemplo.

O convívio escolar refere-se a todas as relações e situações vividas na escola, dentro e fora da sala de aula, em que estão envolvidos direta ou indiretamente todos os sujeitos da comunidade escolar. A busca coerente entre o que se pretende ensinar aos alunos e o que se faz na escola (e o que se oferece a eles) é também fundamental.

Não se terá sucesso no ensino de auto cuidado e higiene numa escola suja e abandonada. Nem se poderá esperar uma mudança de atitudes em relação ao desperdício (importante questão ambiental) se não se realizarem na escola práticas

que se pautem por esse valor. Deve-se oferecer, portanto, aos alunos as perspectivas para tais atitudes.

É certo que muitas medidas estão fora do alcance dos educadores, mas há muitas delas que são possíveis e, quando for o caso, a reivindicação junto aos responsáveis em torno da solução de problemas é um importante ensinamento das atitudes de auto-estima, co-responsabilidade e participação.

O trabalho com os temas sociais se concretizará nas diversas decisões tomadas pela comunidade escolar, o que aponta a necessidade do envolvimento de todos no processo de definição do trabalho e das prioridades a serem eleitas.

O fundamental é que todos possam refletir sobre os objetivos a serem alcançados, de forma a que se definam princípios comuns em torno do trabalho a ser desenvolvido.

Cada um – alunos, professores, funcionários e pais – terão sua função nesse trabalho.

Temos que ter metas de Educação Ambiental para garantir que a população mundial tenha consciência do meio ambiente e se interessar por ele e por seus problemas e que conte com os conhecimentos e atitudes, motivação e desejos necessários para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções dos problemas atuais e para prevenir os que possam aparecer, quebrando paradigmas, tais como:

- cabe aos professores de Ciências, Geografia e Biologia tratar do assunto;
- conscientização das pessoas;
- e fora da sala de aula que estão os problemas sociais;
- a sociedade deve tratar, de preferência que seja o governo (municipal, estadual, federal, internacional).

Afirmar o direito da pessoa humana a educação é assumir uma responsabilidade muito mais pesada do que a segurar a cada um a capacidade de ler, escrever e contar. É garantir a toda a criança o inteiro desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição de conhecimentos e valor morais correspondentes ao exercício de suas funções, até a adaptação à vida social atual” (PIAGET, 1998 p 8).

Com a educação organizada sobre a forma de serviços autônomos e locais e com a escola reestruturada em bases nacionais, lançaremos os fundamentos para o reajustamento desta instituição ao Brasil passando a educação como sucede em todos os países, a ser a grande expressão do caráter nacional.

A Educação Ambiental representa um instrumento essencial para superar os atuais impasses da nossa sociedade.

No Brasil se constituiu como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política a partir das décadas de 70 e, sobretudo, de 80 do século próximo passado. Ela já nasceu como um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político pedagógicas, atores e movimentos sociais.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se tornam cada vez mais complexos e riscos ambientais que se intensificam.

As políticas ambientais e os programas educacionais relacionados à conscientização sobre a crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis – formais e não-formal. Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tomando como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Quando nos referimos à educação ambiental, a situamos num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para consolidar a conceito de sujeito cidadão. O desafio de fortalecer a cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e se converter, portanto, em ator co-responsável pela defesa da qualidade de vida.

2.5 Educação, cidadania e questões socioambientais

Uma das formas de se desenvolver a temática das problemáticas ambientais é por meio da chamada Educação Ambiental que deve estar presente não apenas na educação formal, mas em todos os espaços de socialização dos indivíduos de uma sociedade.

A questão ambiental está cada vez mais presente no cotidiano da população das nossas cidades, principalmente no que se refere ao desafio da preservação da qualidade de vida. Entretanto, a dinâmica de urbanização predatória tem provocado um aumento dos problemas ambientais nas nossas cidades. Embora todos sejam afetados pelos problemas, os setores mais carentes da população sofrem mais (JACOBI, 1998).

É necessário representar no complexo desenvolvimento educativo da Educação Ambiental não apenas o sentido de preservação e conservação dos recursos naturais, mas (principalmente) de aspectos socioambientais tais como: política, econômica e cultura que estão ligados diretamente ao processo antropocêntrico de degradação ambiental, fomentando, assim, a construção de um pensar crítico e autônomo do indivíduo.

Para muitos professores, pais, alunos etc., a educação ambiental só pode ser feita quando se sai da sala de aula e se estuda a natureza tal qual ela é. Esta é uma atividade pedagógica muito rica de possibilidades, mas corre-se o risco de tê-la como única atividade possível, quando na verdade é apenas mais uma (REIGOTA, 2006).

A educação ambiental deve ser abordada formalmente de maneira que potencialize o pensar socioambiental, influenciando na cidadania dos indivíduos e, assim, não correrá o risco de ser apresentada como unicamente teoria mecanicista fora do real.

O ensino de educação ambiental deve ser transmitido de maneira que o educando perceba que fora da escola todos os espaços de vivência da sua realidade influenciam sobre a problemática socioambiental e que a participação nas questões ambientais é uma forma de buscar melhores condições de vida.

Fora da escola, as áreas verdes, as indústrias, o bairro, enfim, podem fornecer elementos que estimulem um maior participação dos alunos enquanto

cidadãos, e conhecimento sobre si e os seus próximos. Nela está inserida a busca da consolidação da democracia, a solução dos problemas ambientais e uma melhor qualidade de vida para todos.

A inserção da Educação Ambiental no contexto escolar em que atuam reveste-se de uma dificuldade de se trabalhar coletivamente, de uma desarticulação entre as áreas do conhecimento e, conseqüentemente, entre os professores, as professoras e equipe pedagógica. Embora faltem a esses professores projetos, uma mobilização de outros/as professores/as, tempo para um planejamento conjunto entre áreas e material para trabalho, suas práticas revelam-se em táticas para atender às demandas emergentes nas redes de saberes do cotidiano.

2.6 Educação ambiental e responsabilidade humana

A Educação Ambiental e, hoje, um processo inadiável. Porém, não menos urgente e reavaliarmos nosso conceito de ecologia e de educação ambiental. O desafio é efetivamente promover a vida e a felicidade das pessoas. Ao se depararem com termos como “ecologia” e “meio ambiente”, muitos lembram queimadas de florestas, plantio de arvores, animal em extinção e no Máximo poluição (ar e lixo). Estas idéias, na verdade preconceitos profundamente encarnados, compõem-se como uma das maiores alienações e formas de informação desconcientizadora e despolitizante hoje, algo pernicioso para o verdadeiro processo transformador que sob a situação esta se desencadear. Tal se revela em expressões definidoras fáceis, como “defender a ecologia”, “preservar a natureza”, “ensinar conteúdos de ecologia”, “informar sobre questões ambientais, ou seja, o que se dissemina aí é: que ecologia confunde-se com natureza e esta seria apenas “natural”; que a natureza precisa de nossa bondade para não morrer; que as pessoas devem ser ensinadas deste modo”.

Se a educação quer cumprir seu papel, formador/despertador da consciência, politizador (segundo Freire), reordene o indivíduo em sua história, em sua cidade, em seu meio, agora como sujeito que interage num ambiente absolutamente interligado; trata-se de uma inserção socioambiental que do sentido maior a vida humana, porque age para construir uma sociedade melhor, justa e saudável.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi subdividida em duas partes distintas: a primeira foi um levantamento bibliográfico destacando a importância da Educação ambiental no exercício da cidadania, que é apresentado no referencial teórico. Na segunda, foi realizada uma entrevista com professores de vários níveis de formação, em escolas municipais, estadual e particular, na cidade de Cacequi/RS, com a finalidade, tanto de se diagnosticar o nível de interesse sobre o tema Educação Ambiental como exercício de cidadania.

A entrevista foi distribuída a 18 professores voluntários, atuantes com alunos de idades e culturas diversificadas, após uma reflexão do assunto por parte da proponente desta pesquisa. Um modelo da entrevista encontra-se no ANEXO 1.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao levantamento bibliográfico realizado na primeira etapa desta pesquisa, a atenção foi dada a questão conceitual da educação ambiental, bem como as suas finalidades, a fim de se revisitar a literatura especializada. A maior preocupação nesta pesquisa foi de mostrar de forma objetiva de que forma a educação ambiental tem sido abordada, de forma “*modesta*”, dentro do complexo sistema teoria versus prática. Além disso, um referencial teórico é apresentado de forma se tentar visualizar os professores como educadores ambientais de forma mais contundente, onde as relações entre as preocupações educacionais, a cidadania e questões socioambientais são mencionados. Portanto, busca-se uma argumentação e/ou reflexão de que a educação ambiental é uma questão de responsabilidade humana e não se pode separá-la, tanto do exercício da cidadania, quanto da formação do cidadão.

Na segunda etapa desta pesquisa, uma entrevista foi realizada, de modo se extrair de forma mais qualitativa as inquietações dos professores que atuam, tanto com crianças, quanto adolescente no atual cenário de crise sócio ambiental de valores éticos e morais. Houve a participação de professores com as mais variadas formações acadêmicas, que atuam em diferentes anos escolares e com vários anos de experiência em escolas.

De forma organizar as respostas dos entrevistados, as respostas foram compiladas de forma geral, salientando-se as opiniões comuns à maioria dos entrevistados.

De modo geral, observou-se que conceito de Educação ficou definido pela maioria dos entrevistados como sendo *o ato de transformar, gerar conhecimentos na busca incessante de possíveis respostas frente à transformação no processo de construção do conhecimento.*

Em relação ao tema Educação Ambiental, este se mostrou como um problema a maior parte dos professores, ou por simples desconhecimento do assunto, ou por falta de segurança em abordá-lo. Ou seja, os professores entrevistados revelam suas dificuldades em transmitir tal tema.

“Educação Ambiental é uma forma de discutir conhecimentos com o objetivo de formar uma consciência de desenvolvimento ambiental” (Professora, Ensino Fundamental).

Observa-se que a Educação Ambiental ainda é encarada, pela grande maioria dos professores, apenas como uma forma de consciência ecológica. Questões como mudança de hábitos, perspectivas, concepções, de paradigmas como do consumismo, entre outros, estão ainda longe de serem discutidos entre os pares e quem dirá, repassado aos alunos.

Respostas genéricas como que *“... vivenciar a Educação Ambiental em sua prática escolar concretiza-se com ações como reciclar o lixo, economizar água e luz”...* foram uma constante ao longo da entrevista. Nota-se claramente um despreparo, ou falta de formação, discussão, ou de informação por parte dos professores. Aqui cabe ressaltar, que a evolução do processo educativo deve vir acompanhada de um processo de modernização nas leis e forma de se visualizar o ensino. Com o avanço científico e tecnológico que a humanidade bombardeada diariamente, questões como a ignorância coletiva e o analfabetismo funcional já invadem os estabelecimentos de ensino, transformando o complexo processo ensino-aprendizagem como um processo mecanizado e de cumprimento frio de disciplinas. A educação ambiental migra exatamente no sentido oposto, ou seja, no sentido transversal da educação, onde as disciplinas dialogam e se integram.

“Os professores têm a grande responsabilidade de alertar e direcionar soluções ao problema da Educação Ambiental mundialmente conhecido. Orientá-los em sala de aula não é uma tarefa fácil, mas de extrema urgência, visto o grande impacto ecológico que estamos sofrendo com os descuidos de nossos antepassados”. (Depoimento de uma professora que se negou a preencher o questionário).

A busca constante de soluções para os problemas ambientais considera toda a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se às escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem este trabalho, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

Quando questionado a receptividade dos alunos quanto ao tema educação ambiental, foi respondida por uma professora do ensino médio como uma *necessidade de sobrevivência e que os alunos sabem que precisam preservar mudando hábitos.*

O Planeta Terra passa por grandes modificações ambientais, das quais o ser humano é o grande responsável, e necessita urgentemente despertar para a conscientização e buscar soluções para os problemas ambientais que estão surgindo a cada dia. Com o objetivo de sensibilizar, despertar e compreender as questões ambientais, a Educação Ambiental deve surgir como proposta, que vem sendo discutida em todo o mundo, como forma de desenvolver uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

Atualmente, *o planejamento interdisciplinar pedagógico está fora da realidade do aluno*, mas nem sempre vinculado aos objetivos e procedimentos desgastados da qual a verdadeira realidade exige, apontando a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional em todos os níveis e modalidades, tanto do processo formal como não formal, assim como o seu caráter humanista, participativo, democrático que permite entender a complexidade do meio ambiente, que supera os limites da natureza e envolve a interrelação de aspectos econômicos, políticos, culturais, éticos e sociais da dinâmica social, no intuito de construir uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

Analisando-se a forma de como os professores de diferentes disciplinas e de diferentes escolas aplicam a Educação Ambiental na rotina diária escolar, integrando o currículo e as novas metodologias pedagógicas, Reigota (1998, p.44), a mais de uma década atrás, afirma que:

A educação Ambiental correu o risco de se tornar, por decreto uma disciplina obrigatória no currículo nacional; mas com que os burocratas e oportunistas de plantão não contavam, era encontrar a resistência de profissionais mais conhecedores da área, o que evitou que a mesma se tornasse mais uma banalidade pedagógica, perdendo todo o seu potencial crítico e questionador a respeito das nossas relações cotidianas com a natureza, artes, conhecimento, ciência, instituições, trabalho e com as pessoas que nos rodeiam.

Ambiente é sinônimo de ética e indica o estado das coisas que produzimos continuamente em relação com a vida (natural, artificial, humana, não-humana) com sentido muito amplo. Ambiente e habitação trazem a idéia de complexidade, de interdependência, de fatores socioambientais, de ecossistema, de vida dinâmica em transformação e necessidade de equilíbrio. ***A cidadania integra todas estas ações.***

Uma vida apreciável a todos é uma tendência natural e cultural para a expansão da vida, da biodiversidade e, assim, da consciência. E quando se diz ética ambiental é para lembrar um pouco mais da relação dos seres humanos com os seres todo e com o ecossistema em desequilíbrio.

Acredita-se que os objetivos desta monografia foram alcançados e que o caminho a ser percorrido pela educação ambiental na formação do cidadão é longo, árduo, complexo, mas inevitável.

5 CONCLUSÕES

A vida é uma troca. O universo responde á nossa violência ou à nossa bênção, cedo o tarde. Em todo o caso “antes tarde do que nunca” para aprender a sustentar-se, ambientar-se, integrar-se, ou seja, inserir-se como cidadão.

A forma mais eficaz de sensibilizar o ser humano é a Educação, pois à medida que se desperta a consciência, pode-se esperar uma atitude transformadora. A mais de três décadas FREIRE já refletia que a *“educação é o desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade”* e ainda hoje vemos o quão complexo é se mudar o paradigma cultural de que parece que não fazemos parte do meio ambiente.

Enfim, ficam muitas questões sem resposta: Os professores estão se preparando para atuar em Educação Ambiental? Há interesses para que estes conhecimentos estejam no currículo escolar? Qual a solução que buscamos para que esta mudança pedagógica esteja colaborando com o crescimento intelectual e cultural de nossos alunos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENTAL Educação - **Competências para o atuar docente**-SILVA, Clotildes Lessa, da ARAÚJO, Daniel, organização. Senac-EAD-RS, 2008.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

ARROYO Miguel Gonzáles. **Pátria Amada, Ignorada**. In: *Em Aberto*. Brasília, 7(37), jan.-mar. 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CASCINO, F. 1999. **Educação Ambiental: Princípios, História, Formação de Professores**. Editora SENAC, SP.

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo; ZAMBONI, Ernesta. **A Criança Novos Tempos, Novos Espaços; a História e a Geografia na Escola**. In: *Em Aberto*. Brasília, 7 (37), jan-mar. 1988.

DIAS, G. F. 2000. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. Editora Gaia, 6a. Edição, SP.

DUARTE JUNIOS, J. F. **O que é Realidade?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDUCAÇÃO ambiental: curso básico à distância: **Educação e educação ambiental II**. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Medina. Brasília: MMA, 2001. 5 v. 2ª edição ampliada.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONZÁLEZ, Gaudiano, E. **Educación ambiental: história y conceptos a veinte años de Tbilisi**. México, DF: Sistemas Técnicos de Edición, 1997.

JACOBI, Pedro. , OLIVEIRA, F. José. **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo, SMA/CEAM, 1998.

JORNAL MUNDO JOVEM. Junho/1999 n. ° 297 p 78.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução: S. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001a.

LIPIETZ, A. **A ecologia política: solução para a crise da instância política?** In: ALIMONDA, H. (Ed.). *Ecologia política*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, E.M. **O Que fazer Interdisciplinar**. In: *A Educação Ambiental uma possível abordagem*. Brasília, Edições IBAMA, 2000.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação**. Editora José Olimpio 9ª Edição: 1998.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

REVISTA, **Nova Escola** para professores de primeiro grau, Fundação Vitor Sívita. Editora Abril. São Paulo, ano VII, 59 - agosto 1992. p 14.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. Editora Nacional 1968.

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA AOS PROFESSORES – MUNICÍPIO DE CACEQUI

- Nome da Instituição em que atua:
- Ano e turma:
- Graduação:
- Tempo de atuação no Magistério:
- Tempo de Atuação na turma:
- Defina o que é Educação?
- Qual sua concepção de Educação Ambiental?
- Diante do conceito elaborado na questão anterior, como você vivencia a educação ambiental em sua prática educativa?
- Qual a recepção, por parte dos alunos, diante de sua prática educacional em relação à Educação Ambiental?
- Como a escola em que atua põe em prática a Educação Ambiental?

ANEXO 2

UM RESUMO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNS

Como Surgiram: O processo de elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) começou em 1995, sendo que no fim daquele ano já havia as versões preliminares, que foi apresentada a diferentes instituições e especialistas. Em resposta, o MEC recebeu cerca de 700 pareceres, que foram catalogados por áreas temáticas e embasaram a revisão do texto. Para completar, Delegacias do MEC promoveram reuniões com suas equipes técnicas, o Conselho Federal de Educação organizou debates regionais e algumas universidades se mobilizaram. Tudo isso subsidiou a produção da versão final dos PCNs para 1ª a 4ª série, que foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1997. Os PCNs foram transformados num conjunto de dez livros, cujo lançamento ocorreu em 15 de outubro de 1997, Dia do Professor, em Brasília. Depois, professores de todo país passaram a recebê-los em casa. Enquanto isso, o MEC iniciou a elaboração dos PCNs para 5ª a 8ª série.

Os PCNs são apresentados não como um currículo, e sim como subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular. Sua grande novidade está nos Temas Transversais, que incluem o Meio Ambiente. Ou seja, os PCNs trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a base nacional, e mais cinco temas transversais que permeiam todas disciplinas, para ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania.

Por trás dos PCNs, existe a Constituição Federal de 1988, que impõe que a Educação é um direito de todos, visando "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A Constituição também diz que Educação é dever comum da União, Estados e Municípios. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases criou, para o ensino fundamental e médio, um núcleo comum obrigatório no âmbito nacional, que inclui o estudo de: língua portuguesa, matemática, o mundo físico, da realidade política e social, da arte e educação física. Dentro desta proposta nacional comum, cada estado, município ou escola pode propor seu próprio currículo, contemplando "as peculiaridades locais e a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos".

Como Usar Os PCNs: Segundo a professora Neide Nogueira, coordenadora geral dos PCNs, os parâmetros são um importante material de consulta e de discussão entre professores, que podem participar do desafio de buscar a melhoria do ensino, reformulando a proposta curricular. Os PCNs também servem como um material de apoio para a formação continuada dos docentes. Neste sentido, a professora sugere que, nos lugares onde haja professores que possam se reunir, sejam formados grupos para debater as propostas e orientações dos PCNs. Isto ajudaria, por exemplo, a rever objetivos, conteúdos e formas de encaminhamento de atividades; refletir sobre a prática pedagógica; preparar o planejamento, e as discussões com os pais e responsáveis. Assim, apesar de não serem livros didáticos para uso direto em sala de aula, os PCNs ajudariam aos professores a trabalhar com seus alunos.

Os dez volumes dos PCNs trazem a seguinte divisão: o primeiro, de Introdução, explica as opções feitas e o porquê dos Temas Transversais. Do segundo ao sétimo, abordam-se as áreas de conhecimento obrigatórias no ensino fundamental: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Os três últimos tratam dos cinco Temas Transversais: Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Existe a tendência dos PCNs estimularem a produção dos livros didáticos, por parte das editoras de todo o país. Um professor, escola, ou grupo de escolas podem, igualmente, utilizar as sugestões contidas nos PCNs para elaborar materiais didáticos para uso em sala de aula.

Temas Transversais: Enquanto a interdisciplinaridade busca integrar as diferentes disciplinas através da abordagem de temas comuns em todas elas, os temas transversais permeiam todas as áreas para ajudar a escola a cumprir seu papel maior de educar os alunos para a cidadania. Isto quer dizer que a adoção dos temas transversais pode influir em todos os momentos escolares: desde a definição de objetivos e conteúdos até nas orientações didáticas. Com eles, pretende-se que os alunos cheguem a correlacionar diferentes situações da vida real e a adotar a posturas mais críticas. Como os temas transversais lidam com valores e atitudes, a avaliação deve merecer um cuidado especial, não podendo ser como nas disciplinas tradicionais.

Todos os temas transversais têm estas características: são temas de abrangência nacional, pode ser compreendida por crianças na faixa etária proposta, permitem que os alunos desenvolvam a capacidade de se posicionarem perante ques-

tões que interferem na vida coletiva e podem ser adaptados à realidade das regiões. Neste ponto, eis um exemplo do próprio livro dos PCNs: "um problema ambiental ganha tratamento e características diferentes nos campos de seringa no interior da Amazônia e na periferia de uma grande cidade".

Meio Ambiente Nos PCNs: A questão ambiental permeia inclusive as decisões políticas e econômicas, mas tradicionalmente o tema "Meio Ambiente" tem sido trabalhado nas escolas, dentro de Ciências e/ou Geografia, não como algo do cotidiano de cada um. Eventualmente também inspira trabalhos escolares em outras disciplinas, por exemplo, em um texto de português. Como Tema Transversal nos PCNs, a função seria de promover "uma visão ampla que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental."

O capítulo "Meio Ambiente" dos Parâmetros, de quase 70 páginas, aborda a crise ambiental que o mundo vive, oferece definições para o uso dos professores (como proteção X preservação, conservação, recuperação e degradação, ou elementos naturais e construídos), para então propor conteúdos de Meio Ambiente aos 1º e o 2º Ciclos, critérios de avaliação e orientações didáticas, que incluem vários blocos de conteúdos adequados às faixas etárias.

Na forma proposta, estes conteúdos de Meio Ambiente ajudariam os alunos a construir "uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria". Eles aprenderiam "a reconhecer fatores que produzem o real bem estar, desenvolver um espírito de crítica às induções do consumismo e um senso de responsabilidade de solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas da comunidade". Um alerta, que está no livro dos PCNs: não basta o que se propõe em sala de aula, o convívio social da criança, é determinante para o aprendizado de valores e atitudes (por exemplo, o que fazer com lixo).

Os PCNs indicam diretrizes para o professor trabalhar este tema transversal. Por exemplo, devem-se selecionar as prioridades e conteúdos levando em conta os contextos sociais, econômicos e culturais no qual se insere a escola (é diferente atuar numa escola de cidade, de zona rural, ou de região super-poluída). Também

elementos da cultura local, sua história e costumes determinam diferenças no trabalho com este tema, em cada escola.

Outra diretriz serve como mais um alerta: em geral ao falar de meio ambiente, a tendência é pensar em problemas como poluição. Só que, "as pessoas protegem aquilo que amam e valorizam". Ou seja, "para compreender a gravidade dos problemas e vir a desenvolver valores e atitudes de respeito ao ambiente, deve-se despertar a criança para as qualidades do ambiente que se quer defender". Isto exige a promoção de atividades onde ela perceba "o quanto a natureza é interessante e pródiga, e que todos dependem da manutenção das condições que permitam a vida, em sua grandiosidade." Assim, criam-se as condições de cumprir o grande objetivo de atuar no campo do conhecimento, mas também desenvolver a capacidade afetiva, a relação interpessoal, social, ética e estética da criança.

Conteúdos Comuns A Todos Os Blocos:

- Estar atento e crítico com relação ao consumismo.
- Valorizar e proteger as diferentes formas de vida.
- Valorizar e cultivar atitudes de proteção e conservação dos ambientes e da diversidade biológica e sociocultural.
- Zelar pelos direitos próprios e alheios a um ambiente cuidado, limpo e saudável na escola, em casa e na comunidade.
- Cumprir as responsabilidades de cidadão com relação ao meio ambiente.
- Repudiar o desperdício em suas diferentes formas.
- Apreciar os aspectos estéticos da natureza, incluindo os produtos da cultura humana.
- Participar em atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local.